

# SUMÁRIO

Introdução . . . . .	1
ENQUADRAMENTO DO TEMA E PLANO DA OBRA . . . . .	1
Capítulo I	
REGIME GERAL DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS COMO PARCELA INTEGRANTE DAS PERDAS E DANOS. . . . .	5
1. O sistema normativo básico do Código Civil quanto ao ressarcimento dos honorários advocatícios . . . . .	5
2. Classificações principais do dano de honorários advocatícios contratuais e os pressupostos básicos de sua reparabilidade . . . . .	6
2.1. Outros fatores de atribuição/exoneração da responsabilidade do infrator pelo ressarcimento da verba honorária: necessidade de validade e eficácia da contratação entre o lesado e seu advogado particular. . . . .	7
2.2. Requisitos básicos de compatibilidade contratual com o marco regulatório da advocacia. . . . .	9
3. Visão geral da extensão indenizável dos honorários advocatícios convencionais: a regra da indenização correspondente aos valores efetivamente contratados entre a vítima e seu advogado . . . . .	11
3.1. Extensão indenizável dos honorários advocatícios à luz da abrangência e necessidade da prestação do serviço advocatício moderno . . . . .	11
Capítulo II	
REPARAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS NOS CASOS DE MORA . . . . .	16
1. Reparação dos danos de honorários advocatícios oriundos da mora do devedor – arts. 395 e 404 do Código Civil . . . . .	16

2. A mora do credor e o ressarcimento do devedor pelos honorários de advogado gastos em função da consignação em pagamento . . . . .	19
--	----

### Capítulo III

INDENIZAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS NOS CASOS DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL E ATO ILÍCITO . . . . .	21
---	----

1. O regime geral do art. 389 do Código Civil: aplicabilidade aos casos de responsabilidade civil contratual e extracontratual (aquiliana) . . . . .	21
--	----

2. A dinâmica do processo obrigacional e o dano de honorários advocatícios . . . . .	23
--	----

2.1. A reparação dos danos de honorários oriundos do inadimplemento contratual – abrangência das verbas advocatícias contratuais indenizáveis. . . . .	25
--	----

2.1.1. Limitações ao ressarcimento dos honorários advocatícios extrajudiciais despendidos na elaboração de contrato inadimplido – o cumprimento compulsório do contrato, os lucros cessantes e o decurso do tempo de adimplemento. . . . .	29
--	----

2.2. A reparação dos danos de honorários na responsabilidade pré-contratual: o rompimento injusto das negociações do contrato . . . . .	33
---	----

2.2.1. Interesse negativo . . . . .	35
-------------------------------------	----

2.2.2. Interesse positivo . . . . .	38
-------------------------------------	----

2.3. A reparação dos danos de honorários oriundos da responsabilidade pós-contratual . . . . .	40
--	----

3. A reparação dos danos de honorários oriundos do ato ilícito . . . . .	41
--	----

### Capítulo IV

A QUESTÃO DA DISCRICIONARIEDADE NA CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO EM NÍVEL EXTRAJUDICIAL E SEUS REFLEXOS NO SISTEMA DE RESSARCIMENTO DA VERBA HONORÁRIA CONTRATUAL . . . . .	44
---	----

1. Nexo causal e discricionariedade . . . . .	44
---	----

2. A discricionariedade na contratação de advogado em nível extrajudicial: inaptidão para afastar o nexo de causalidade entre fato lesivo e dano . . . . .	45
3. Importância, efeitos e controle da discricionariedade da contratação . . . . .	47
4. Caso concreto: objeções de uma jurisprudência – apreciação crítica . . . . .	52

Capítulo V

RESSARCIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS NOS PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS DE ARBITRAGEM . . . . .	55
---	----

1. Anotações fundamentais sobre o reembolso das despesas advocatícias no sistema da Lei nº 9.307/1996 . . . . .	55
2. Limitações à reparação dos danos com honorários de advogado: alguns modelos de regulamentos e compromissos arbitrais . . . . .	56

Capítulo VI

RESSARCIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS DESPENDIDOS NO ÂMBITO JUDICIAL . . . . .	58
---	----

1. Introdução à extensão indenizável dos honorários advocatícios contratuais despendidos pela parte em nível judicial – sistemas mais comuns de cobrança de honorários de advogado . . . . .	59
1.1. Honorários <i>pro labore</i> e <i>ad exitum</i> . . . . .	60
1.1.1. Operacionalização do ressarcimento no âmbito do processo. . . . .	61
1.2. Folha de tempo ou <i>time sheet</i> . . . . .	64
1.2.1. Operacionalização do ressarcimento da verba advocatícia despendida ao longo do processo . . . . .	65
1.3. Advocacia de partido . . . . .	68
1.3.1. Operacionalização do ressarcimento no âmbito do processo. . . . .	68

1.4. Advogado empregado . . . . .	70
1.4.1. Operacionalização do ressarcimento no âmbito do processo. . . . .	70
1.5. Dação em pagamento e participação em bens . . . . .	72
1.5.1. Operacionalização do ressarcimento no âmbito do processo. . . . .	73
1.6. Justiça “gratuita” . . . . .	74
1.6.1. Operacionalização do ressarcimento no âmbito do processo. . . . .	76
2. Jurisprudência – precedentes favoráveis e contra o ressarcimento da verba honorária contratada – a questão do ressarcimento dos honorários <i>ad exitum</i> e da discricionariedade da contratação de advogado para atuação na esfera jurisdicional – apreciação crítica . . . . .	76
3. A questão da confusão entre a verba honorária contratual e os honorários de sucumbência . . . . .	89
3.1. A condenação em honorários no sistema processual brasileiro – breves notas às teorias da sucumbência e da causalidade . . . . .	91
3.2. O sistema de arbitramento de honorários em nível processual e seus problemas práticos . . . . .	93
3.3. A teoria do risco do litígio como forma de justificar o cabimento dos honorários de sucumbência . . . . .	101
3.4. Ainda o problema do ressarcimento . . . . .	104
3.5. Possibilidade de cumulação dos honorários advocatícios contratuais com a verba honorária sucumbencial – naturezas e funções distintas – inexistência de <i>bis in idem</i> . . . . .	105
3.6. Indenização da verba honorária contratual no âmbito dos Juizados Especiais – objeção de uma doutrina – apreciação crítica – a questão da discricionariedade na contratação de advogado nos Juizados Especiais. . . . .	109

3.7. Hipóteses de reparação do demandado a título de honorários advocatícios contratuais . . . . .	111
3.7.1. A litigância de má-fé – responsabilidade subjetiva – inaplicabilidade da limitação indenizatória da lei processual. . . . .	113
3.7.2. O risco na efetivação das tutelas de urgência e na execução provisória – responsabilidade objetiva. . . . .	116
3.8. As limitações legais ao ressarcimento de honorários contratuais para busca da tutela jurisdicional. . . . .	117
3.8.1. Honorários contratuais na recuperação judicial e na falência . . . . .	118
3.8.2. Ressarcimento do acionista minoritário pelos honorários contratuais nas ações de indenização por danos à companhia causados pelo controlador . . . . .	119

Capítulo VII

AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS DE PAGAMENTO DE DESPESAS ADVOCATÍCIAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS . . . . .	121
---	-----

1. Função das cláusulas contratuais de despesas com advogado . . . . .	121
1.1. Posição de autonomia da cláusula compensatória de honorários advocatícios – possibilidade de cumulação com outros dispositivos indenizatórios e moratórios . . . . .	123
1.2. Aplicação analógica de parte do regime das cláusulas penais ao dispositivo compensatório de honorários. . . . .	129
1.3. O Enunciado nº 161 da III Jornada de Direito Civil e seus reflexos sobre a disciplina da cláusula compensatória de honorários advocatícios – prova do serviço e prova do prejuízo . . . . .	131
2. O primeiro problema: a norma processual . . . . .	135

3. A segunda objeção: as alegações de abusividade da cláusula de honorários dispendo sobre o ressarcimento de despesas extrajudiciais nos contratos submetidos ao Código de Defesa do Consumidor – inaplicabilidade do item 9 da Portaria nº 4, de 13.3.1998, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. . . . .	136
3.1. A oposição da doutrina e da jurisprudência – apreciação crítica – a regra da validade e eficácia do ajuste compensatório da verba honorária . . . . .	140
4. Parâmetros de controle dos esquemas contratuais de ressarcimento das perdas e danos . . . . .	144
<b>Capítulo VIII</b>	
<b>REVISÃO PELO JUIZ DO VALOR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS – NÍVEIS EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL. . . . .</b>	
	<b>147</b>
1. Possibilidade de revisão pelo juiz do valor contratado particularmente entre a parte e seu advogado – a regra da observância do montante efetivamente convencionado . . . . .	147
1.1. Objeção de uma doutrina . . . . .	148
2. O balizamento de revisão do valor dos honorários advocatícios contratuais. . . . .	149
3. A questão da discricionariedade da contratação em razão da pessoa do advogado . . . . .	151
<b>Capítulo IX</b>	
<b>QUESTÕES DE DIREITO PROBATÓRIO EM MATÉRIA DE RESSARCIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. . . . .</b>	
	<b>154</b>
1. Visualização tripartite da prova de honorários advocatícios contratuais: demonstração da prestação do serviço, do contrato e do pagamento efetivo. . . . .	154
2. Prova da execução dos serviços . . . . .	155

3. Prova do pagamento efetivo de honorários advocatícios contratuais . . . . .	156
4. Prova do contrato . . . . .	157
5. Objeções de uma jurisprudência em matéria de prova do pagamento de honorários advocatícios contratuais – apreciação crítica . . . . .	159
6. A questão da fraude – apreciação crítica . . . . .	160
BIBLIOGRAFIA . . . . .	163